

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO SOCIAL, FINS, SEDE E TEMPO DE DURAÇÃO

Art.1º - A Associação São Vicente de Paulo, assim **denominada**, foi **fundada** em 16 de setembro de 1955, registrada sob nº 72 do livro "A" no Oficial de Registro das Pessoas jurídicas da Comarca de Pacaembu SP, com **sede social** na Rua Massanori Kawano, nº 430, Bairro Jardim Marajá, na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, com **personalidade jurídica** de direito privado distinta da dos seus associados, não havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos, é uma associação de caráter social, **sem fins lucrativos**, que tem por **finalidade** a prestação de serviços sócio assistenciais de acordo com a tipificação nacional aprovada pela Resolução CNAS 109, de 11 de novembro de 2009, se rege por este estatuto e pela legislação aplicável, com **duração por tempo indeterminado**, **tendo como objetivo:**

- a)** A promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- b)** Atender prioritariamente os idosos com 60 anos ou mais, sem família, em situação de vulnerabilidade, sob regime de acolhimento institucional;
- c)** Proporcionar a todos que utilizar a instituição, atendimento as necessidades assistenciais de: alimentação, moradia, saúde, higiene, repouso, lazer e outras atividades que garantam qualidade de vida; e
- d)** Assegurar o direito aos idosos, sem distinção de raça, cor, credo religioso e político.

Art. 2º - Por ser uma entidade filantrópica de longa permanência, será firmado contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, estipulando a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade, estabelecida em 70% do valor do benefício previdenciário ou assistencial por ele recebido, conforme autorização do Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal da Assistência Social, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

Art. 3º - A entidade aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas ao bem-estar biopsicossocial do idoso, em conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO II

ASSOCIADOS, SUAS CATEGORIAS, REQUISITOS PARA A SUA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO.

Art. 4º - São considerados **associados** todos aqueles que por sua livre e espontânea vontade preenchem a ficha de inscrição dos associados, sem distinção de credo religioso, condição social, político e nacionalidade e que se identifiquem com o trabalho e desse participar sem nenhuma remuneração e que estejam dispostos a se engajarem no seu movimento em prol do idoso institucionalizado.

Art. 5º - Os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da associação.

Art. 6º - A admissão, demissão e exclusão dos associados são atribuições da Diretoria, que deverá comunicar a ocorrência e sua decisão a Assembleia Geral Ordinária.

Art. 7º - Para sua **demissão**, o associado deverá protocolar pedido de demissão junto à Secretaria da Associação, solicitando, por escrito, sua pretensão de desligamento, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 8º - Os associados serão desligados ou excluídos da associação quando:

I – Desacatarem as decisões da Assembleia Geral ou da Diretoria;

II – Se constituírem em elementos nocivos a associação;

III – Sua conduta moral ou pública desaconselhar à permanência no quadro social da entidade;

IV – Lesarem ou causarem prejuízos à associação, que contrariem os interesses sociais;

V – Não obedecerem ao Estatuto Social; e

VI – Promoverem discórdia entre o grupo, ter falta de disciplina e desrespeitar os associados ou atendidos.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

Parágrafo Único – A **exclusão do associado** do quadro social só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento administrativo que lhe assegure o direito de ampla defesa, nos seguintes termos:

I – O associado será cientificado, por escrito e pessoalmente, dos fatos que lhe são imputados e das consequências a que estará sujeito, para, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer defesa e indicar, justificadamente, as provas que pretende produzir, cuja pertinência será aferida, de forma motivada, pela Diretoria;

II – Decorrido *in albis* o prazo previsto no inciso I, ou produzidas as provas deferidas pela Diretoria; será o associado notificado, pessoalmente, para oferecer suas razões finais, no prazo de 7 (sete) dias, também dirigidas à Diretoria, que decidirá, motivadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando a decisão à Assembleia Geral;

III – Intimado o associado, pessoalmente, da decisão, poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido a Assembleia Geral que, convocada especificamente para este fim, decidirá de maneira motivada;

IV – Os prazos para apresentação de defesa, razões finais e interposição do recurso serão contados por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento;

V – Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento ocorrer em sábado, domingo ou feriado; e

VI – Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - São **direitos** dos associados:

a) Solicitar a convocação da diretoria para a prestação de contas, com no mínimo assinaturas de 1/5 dos associados;

b) Solicitar a convocação da Assembleia Geral, com no mínimo assinaturas de 1/5 dos associados; e

c) Solicitar a convocação do Conselho Fiscal, com no mínimo assinaturas de 1/5 dos associados.

Parágrafo Único – Todos os associados têm direitos iguais e nenhum associado poderá ser impedido de exercer em plena plenitude os cargos ou funções que lhe tenha sido legitimamente conferido.

Art. 10 - São **deveres** dos associados.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

- a)** Comparecer às reuniões e Assembleias Gerais;
- b)** Cumprir as disposições estatutárias, acatar as determinações da diretoria e as resoluções das Assembleias Gerais;
- c)** Comparecer no Lar dos Idosos por ocasião de solenidades religiosas festivas ou funerais; e
- d)** Desempenhar com zelo os cargos para os quais foi eleito e empossado ou designado pela Diretoria e não recusar sem justo motivo o cargo para o qual foi eleito ou nomeado.

Parágrafo Único – É vedada toda e qualquer interferência político-partidária na administração e negócios da associação.

CAPÍTULO IV

FONTES DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 11 - Para a manutenção da associação serão utilizadas as seguintes fontes de recursos:

- a)** Subvenções do Governo Federal;
- b)** Subvenções do Governo Estadual;
- c)** Subvenções do Governo Municipal;
- d)** Parcerias com o Estado mediante termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação a ser firmadas com a União, Estado e o Município nos termos da Lei 13.019/2014;
- e)** Receitas de aplicações financeiras;
- f)** Contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas;
- g)** Cobrança de 70% do benefício previdenciário ou assistencial à título de participação do idoso no custeio da entidade; e
- h)** Rendas de promoções.

Parágrafo Único - Toda renda será revertida na consecução de seus objetivos sociais e aplicados no território nacional.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DIRETORES

Art. 12 - A associação será administrada pelos órgãos:

- I.** Assembleia Geral;
- II.** Diretoria; e
- III.** Conselho Fiscal.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

SEÇÃO I **DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 13 - A **Assembleia Geral**, órgão soberano da vontade social dentro dos limites legais, constituir-se-á pela totalidade dos associados em gozo de seus direitos estatutários, com deliberações e decisões que vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes, votos vencidos ou impedidos de votar.

Art. 14 - Compete à Assembleia Geral:

- a)** Eleger os Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b)** Destituir os Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c)** Aprovar contas;
- d)** Alterar o estatuto social;
- e)** Apreciar recurso interposto por associado em caso de exclusão;

e

- f)** Deliberar sobre a dissolução e liquidação da associação.

Parágrafo Primeiro - Para as deliberações que se referem as alíneas "b" , " d " e "f " será exigido o voto concorde de dois terço dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta (50% + 1) dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo – Para as demais deliberações será exigido a presença de 50% + 1 dos associados em primeira convocação e em qualquer número para segunda convocação.

Parágrafo Terceiro – O presente estatuto é reformável no tocante a administração, devendo para tanto ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária com finalidade específica e aprovada pela maioria absoluta dos presentes.

Art. 15 - A Assembleia Geral será **ordinária**, realizada no mês de dezembro, podendo ser **extraordinária**, caso haja necessidade de deliberação de assuntos dotados de relevância e urgência, ou quando a conveniência autorizar.

Art. 16 - A **convocação** da Assembleia Geral se dará através de edital fixado na secretaria da associação, ou remetido comprovante ao associado por

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

via postal, e-mail, fax ou edital publicado em jornal local ou afixado no lugar de costume, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo primeiro - No Edital de Convocação constará data, hora, ordem do dia e local da realização da Assembleia.

Parágrafo segundo - A Assembleia Geral será convocada e presidida pelo Presidente, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados ou 1/3 dos membros Diretores o direito de promovê-la, mediante requerimento escrito.

SEÇÃO II **DA DIRETORIA**

Art. 17 - A administração da associação é feita por uma **Diretoria**, com mandato de um ano, eleita em Assembleia Geral no mês de dezembro, com início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro, sendo permitida a reeleição e recondução por um único e consecutivo mandato eletivo.

Art. 18 - A **Diretoria** será constituída por 06 (seis) elementos efetivos, escolhidos dentre associados com mais de 01 ano de filiação e em pleno gozo de seus direitos sociais, com as designações de:

- I.** Presidente;
- II.** Vice-Presidente;
- III.** Primeiro Secretário;
- IV.** Segundo Secretário;
- V.** Primeiro Tesoureiro; e
- VI.** Segundo Tesoureiro.

Art. 19 - Compete a **Diretoria**, em especial:

- I.** Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação;
- II.** Formalizar minuta do Plano de Atividades a ser aprovados em Assembleia Geral, bem como executar os já aprovados;
- III.** Analisar e aprovar os respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento;
- IV.** Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, cederem direitos e constituir mandatários;
- V.** Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral Extraordinária;

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

VI. Deliberar sobre a admissão, desligamento voluntário, eliminação ou exclusão de associados;

VII. Indicar o banco ou os bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VIII. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral;

IX. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

X. Apresentar à Assembleia Geral o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer da Diretoria; e

XI. Nomear, dentre os associados, responsáveis pelos departamentos que forem criados.

Parágrafo primeiro - Serão lavradas em livro próprio as atas das reuniões da Diretoria, com indicação dos membros Diretores presentes e das resoluções tomadas, assinando os membros presentes ao final.

Parágrafo segundo - A entidade observará os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exames de qualquer cidadão, nos termos do inc. VI, do art. 33 da Lei nº 13.019/2014.

Art. 20 - Compete ao Presidente:

I. Representar a associação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;

II. Supervisionar as atividades da associação através de contatos assíduos com os demais membros da Diretoria;

III. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e o Plano de Trabalho aprovado em Assembleia Geral;

IV. Tomar medidas e praticar atos executórios para o cumprimento das finalidades da associação, desde que não lhe sejam vedados por este Estatuto;

V. Autorizar os pagamentos, assinar junto com o 1º Tesoureiro, os cheques emitidos, assinar balanços, relatórios de atividades desenvolvidas e financeiros de prestação de contas, bem como verificar frequentemente o saldo de "caixa"; e

VI. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

Art. 21 - Compete ao **Vice-Presidente** prestar assistência ao Diretor Presidente, substituí-lo nos seus impedimentos e suceder-lhe no caso da vacância do cargo, podendo, inclusive, assinar cheques em sua ausência ou impedimento.

Art. 22 - Compete ao **Primeiro Secretário**:

- I.** Secretariar e lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- II.** Elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos análogos;
- III.** Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;
- IV.** Responder pelo expediente da secretaria, expedindo, recebendo e arquivando toda correspondência da associação;
- V.** Substituir o Vice-Presidente no caso de sua ausência; e
- VI.** Executar outras atividades que lhe forem determinadas pelo Presidente.

Art. 23 - Compete ao **Segundo Secretário** substituir o Primeiro Secretario em suas faltas ou impedimentos.

Art. 24 - Compete ao **Primeiro Tesoureiro**:

- I.** Arrecadar e contabilizar as contribuições e subvenções recebidas, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração e toda a documentação em ordem, emitir cheques e assinar relatório financeiro de prestação de contas;
- II.** Efetuar pagamentos autorizados pelo Presidente na forma deste Estatuto;
- III.** Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa;
- IV.** Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro de controle do patrimônio;
- V.** Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e demais atos relativos às finanças e ao patrimônio da associação;
- VI.** Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da associação;

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

VII. Apresentar relatórios, balancetes e balanço geral anual ao Conselho Fiscal, acompanhado de toda documentação;

VIII. Apresentar em Assembleia Geral o balanço do exercício social;

IX. Conservar sob sua guarda e responsabilidade os numerários e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias; e

X. Garantir que a escrituração da entidade esteja de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 25 - Compete ao **Segundo Tesoureiro** prestar assistência ao Primeiro Tesoureiro, substituí-lo em suas faltas e impedimentos, sucedendo-o na vacância do cargo.

Art. 26 - Nenhum membro da Diretoria receberá qualquer remuneração, direta ou indiretamente, pelo desempenho de suas atribuições.

Art. 27 - Os membros da Diretoria da Associação não respondem, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais, e toda a renda será revertida na consecução dos objetivos.

SEÇÃO III **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 29 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados titulares e eleitos pela Assembleia Geral, não podendo fazer parte da Diretoria e eles não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais, salvo abuso ou desvio de finalidade.

Parágrafo primeiro – Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções.

Parágrafo segundo – Os suplentes eleitos poderão ser empossados em qualquer cargo da Diretoria quando ocorrer a vacância ou impedimentos de qualquer membro diretor, sendo convocada Assembleia Geral para tanto.

Art. 30 - Compete aos membros do Conselho Fiscal, individual ou conjuntamente:

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53.526.299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

I. Examinar periodicamente os livros e papeis da associação, e o estado das receitas e despesas, podendo solicitar informações e esclarecimentos aos administradores;

II. Lavrar no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, o Resultado dos exames referidos na letra " a " deste artigo;

III. Lavrar no mesmo livro e apresentar à Assembleia Geral dos associados, parecer sobre a situação das contas, tomando por base o balanço patrimonial e outras demonstrações contábeis;

IV. Denunciar casos de descumprimento do Estatuto ou leis vigentes, que verificarem, sugerindo providências; e

V. Convocar a Assembleia Geral, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

VI. Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, nos termos do inc. II, do art. 13 da Lei nº 13.019/2014;

VII. Quando solicitados, opinar sobre a aquisição e alienação de bens por parte da instituição;

VIII. Assessorar a Diretoria na elaboração do Plano Anual de Trabalho na parte referente a aplicação de recursos; e

IX. Dar parecer, a pedido da Diretoria, sobre resoluções ou mudanças legislativas que afetem as finanças da Associação.

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E PARA A DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 31 - O presente estatuto social sómente poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observando os quóruns qualificados de instalação e deliberação previstos no Parágrafo Primeiro do Art.14 deste estatuto.

Art. 32 - No caso de dissolução da associação será igualmente exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta (50% + 1) dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

Parágrafo único – Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, sem fins lucrativos e que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Associação São Vicente de Paulo, com preferência para entidade com sede e atividade preponderante no Município de Pacaembu/SP sobre outra entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sempre a critério da instituição e depois ampla deliberação dos associados em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33 – Constituem o **patrimônio** da Associação todos os seus bens móveis e imóveis, saldos das receitas ordinárias e extraordinárias, donativos, subvenções e quaisquer outras rendas ou doações.

Parágrafo primeiro – Os bens da Associação serão identificados, numerados, contabilizados e integrarão o seu patrimônio, sendo escriturados e lançados em livro próprio.

Parágrafo segundo – Os bens remanescentes da parceria com o Estado, seja mediante termo de fomento, de colaboração ou acordo de cooperação e os remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente, nos termos do art. 36 da Lei nº 13.019/2014.

Art. 34 – A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou qualquer participação no seu resultado, aplicando integralmente o “superávit” eventualmente verificado em seu exercício financeiro, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades.

Art. 35 – Para o desempenho de sua finalidade a Associação manterá Plano de Ação para o fiel e perfeito cumprimento de suas obrigações, bem como o Regimento Interno que regulamentará suas funções, a ser aprovado pela Assembleia Geral.

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

Art. 36 – A Associação jamais se envolverá em questões político-partidárias, mesmo que venha a receber auxílios de órgãos ou facções políticas, devendo permanecer apartidária em todas suas ações e decisões.

Art. 37 – No desenvolvimento de suas atividades a Associação não terá preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 38 – O Balanço Anual, elaborado pela Diretoria, será submetido à apreciação do Conselho Fiscal, que deverá manifestar-se sobre sua aprovação, mediante parecer escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, até 10 (dez) dias antes da convocação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 39 – A Entidade deverá manter sempre atualizada a sua Regularidade Jurídica e Fiscal.

Art. 40 – Ocorrida **vacância de cargos** de qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, o seu preenchimento processar-se-á por decisão dos membros do respectivo órgão deliberativo, que se reunirão para empossar o respectivo suplente em ordem de preferência numérica, devendo informar tal ocorrência à Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O preenchimento a que se refere este artigo visa tão somente à conclusão do mandato do cargo em vacância.

Art. 41 – Serão afixados em **quadro de avisos**, o Plano de Ação, notícias, atividades, convites, convocações e prestações de contas da Associação, esta também, será publicado no site disponibilizado pelo Órgão Público.

Art. 42 - Os **casos omissos** deste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendado em Assembleia Geral, ficando eleito o Foro desta Comarca de Pacaembu/SP para dirimir questões atinentes a presente Associação.

Art. 43 – O presente Estatuto, após passar por reformulação total, com alterações introduzidas para adequação às normas do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002) e da Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, foi aprovado

Associação São Vicente de Paulo

CNPJ 53 526 299/0001-89 INSCR. NO CEAS 907/85 REG. NA CAR. 3.033 REG. NO CMAS. 002/99

em Assembleia Geral, especificamente convocada para tal fim, realizada no dia 27 de abril de 2017, na sede da Associação São Vicente de Paulo, localizada na Rua Massanori Kawano, nº 430, Bairro Jardim Marajá, nesta cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, entrando em vigor na data do devido registro no órgão competente.

Pacaembu, 27 de junho de 2017.

Moacir Longhi
Presidente

Luis Olivaldo Francia
Secretário

Diego Alexandre Zanetti
Advogado – OAB/SP 219.402
RG: 27.583.367-7 – CPF: 286.731.278-74